

**“A única revolução que defendemos – a revolução espiritual”: o ministério
Francisco Campos sob a ótica de Tristão de Athayde**

**“The only revolution we defend – the spiritual revolution”: the ministry of
Francisco Campos through the eyes of Tristan de Athayde**

**“La única revolución que defendemos – la revolución espiritual”: el
ministerio de Francisco Campos a través de los ojos de Tristán de Athayde**

Guilherme Ramalho Arduini¹

Resumo: Este texto analisa os livros *Debates Pedagógicos* e *Política* de Tristão de Athayde, para responder à pergunta: como foram vistas as primeiras reformas educacionais promovidas pelo recém empossado governo Vargas, entre 1931 e 1932? Sem prejuízo de sua complexidade, a obra de Athayde pode ser lida na chave do conservadorismo, que é uma das formas de se pertencer à direita no espectro político, compreendida como uma dupla recusa do comunismo e do liberalismo, no sentido a eles atribuídos pelos agentes em estudo. Este artigo se inicia com uma breve explicação da trajetória social de Francisco Campos e algumas informações relevantes para a compreensão dos textos de Tristão sobre a administração Campos no Ministério da Educação. Em seguida, será a vez de detalhar as críticas e sugestões apresentadas por Athayde, analisados em facetas distintas: 1) o pensamento sobre pedagogia e sociologia, 2) a articulação política visível através dos escritos. As duas facetas são complementares e, após a análise, precisam ser compreendidas como partes de um todo único. Nas considerações finais, busca-se avançar algumas hipóteses do que significou este tema para a história política e para a história da educação no Brasil.

Palavras-chave: Tristão de Athayde. Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos. Ministério da Educação. Era Vargas.

Abstract: This text analyses the books *Debates Pedagógicos* and *Política*, both written by Tristan de Athayde, to answer the question: how were the first educational reforms promoted by the newly sworn-in Vargas government, between 1931 and 1932, seen? With no disregard to its complexity, Tristão's work can be read in the key of conservatism, which is one of the ways of belonging to the right in the political spectrum, understood as a double refusal of communism and liberalism, in the sense attributed to them by the agents under study. This article begins with a brief explanation of the social trajectory of Francisco Campos and some relevant information for understanding the texts of Tristão on the Campos administration in the Ministry of Education. Then, it will be the turn of detailing the criticisms and suggestions presented by Athayde, analyzed in distinct facets: 1) the thought on pedagogy and sociology; 2) the political articulation visible through the writings. The two facets are complementary and, after analysis, need to be understood as parts of a single whole. In the final considerations, it is sought to advance some hypotheses of what this topic meant for political history and for the history of education in Brazil.

Key words: Tristão de Athayde. Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos. Ministry of Education. Vargas Age.

Resumen: Este texto analiza los libros *Debates Pedagógicos* y *Política* de Tristán de Athayde, para responder a la pregunta: ¿cómo fueron vistas las primeras reformas educativas impulsadas por el recién juramentado gobierno de Vargas entre 1931 y 1932? Sin dejar de atentarse a su complejidad, la obra de Athayde puede leerse en clave de conservadurismo, que es una de las formas de pertenencia a la derecha en el espectro político, entendida como un doble rechazo al comunismo y al liberalismo, en el sentido que les atribuyeron los agentes objeto de estudio. Este artículo comienza con una breve explicación de la trayectoria social de Francisco Campos y algunas informaciones relevantes para la comprensión de los textos de Tristán sobre la gestión de Campos en el Ministerio de Educación. Luego, será el turno de detallar las críticas y sugerencias presentadas por Athayde, analizadas en distintas facetas: 1) el pensamiento sobre pedagogía y sociología, 2) la articulación política visible a través de los segundos escritos. Ambas facetas son complementarias y, tras su análisis, deben entenderse como partes de un todo único. En las consideraciones finales, buscamos avanzar algunas hipótesis de lo que este tema significó para la historia política y para la historia de la educación en Brasil.

Palabras clave: Tristão de Athayde. Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos. Ministério da Educação. Era Vargas.

Introdução

Este texto analisa duas obras de Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima², para responder à pergunta: como foram vistas as primeiras reformas educacionais promovidas pelo recém empossado governo Vargas, entre 1931 e 1932? Nesse momento

histórico, Athayde exerceu o papel de articulador de uma série de iniciativas organizadas em torno do Centro Dom Vital, tais como: cursos de formação sobre Sociologia, Direito e Educação para universitários; publicação de textos em apoio às demandas apresentadas ao Governo Provisório pelo arcebispo do Rio de Janeiro, o Cardeal Leme; indicação para cargos nos ministérios do Trabalho e o da Educação e Saúde. Esse último teve como seu primeiro chefe o político mineiro Francisco Campos, a quem Athayde endereçará textos de críticas e elogios durante sua gestão.

Tais comentários podem ser encontrados nos livros *Debates pedagógicos* (1931) e *Política* (1932), publicados em um período de afirmação do Governo Provisório de Vargas, durante ou poucos meses após a administração de Francisco Campos no Ministério da Educação. Há uma continuidade temática entre as obras e, ao mesmo tempo, objetivos distintos entre elas: se a primeira delas dialoga diretamente com a factualidade jornalística do momento, a última condensa as anotações do autor para o concurso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro do mesmo ano. Os *Debates* foram publicados pela Schmidt Editora, do poeta Augusto Schmidt, cujos poemas compunham as páginas da revista mensal editada por Amoroso Lima, *A Ordem*. A quarta capa do livro *Debates* anuncia outros títulos da mesma editora: alguns livros de Tristão de Athayde (*Estudos (1a série)*, *Preparação à sociologia*, *O problema da burguesia*), romances de modernistas (*João Miguel*, de Rachel de Queiroz, ou *Os Caetés*, de Graciliano Ramos), e livros de outros vitalistas, como Leonel Franca e Octavio de Faria. A combinação heterogênea entre romances modernistas e livros de pensamento social escritos por católicos, alguns vazados em linguagem próxima do fascismo - como é o caso de *Maquiavel e o Brasil*, de Octavio de Faria - pode ser lido como um termômetro dos interesses do público leitor do período. Os títulos dessa última categoria foram esquecidos pelo pensamento social brasileiro, ao contrário dos romances. Graças a essas novelas, a editora Schmidt fundou os cânones para os catálogos de outras editoras e, por tabela, do que viria a ser considerado como a cultura nacional escrita (SORÁ, 2001).

O livro sobre política foi publicado pela editora do Centro Dom Vital, pouco conhecida e cujo catálogo consistia basicamente de livros cedidos por Amoroso Lima e outros membros do Centro Dom Vital para ajudar a custear suas atividades, inclusive a publicação da revista *A Ordem*.

O problema de pesquisa consiste em compreender melhor um pensamento que, sem prejuízo de sua complexidade, pode ser lido na chave do conservadorismo, que é uma das formas de se pertencer à direita no espectro político. São características da direita nesse período dos anos 1930, no Brasil, uma dupla recusa do comunismo e do liberalismo, no

sentido a eles atribuídos pelos agentes em estudo. Para além da crítica aos erros dos regimes existentes, Tristão esboça uma nova organização social que seria pautada pelas ideias de hierarquia e subordinação como princípios norteadores de toda atividade social, especialmente no mundo da educação e do trabalho.

Este artigo se inicia com uma breve explicação da trajetória social de Francisco Campos e algumas informações relevantes para a compreensão dos textos de Tristão sobre a administração Campos no Ministério da Educação. Em seguida, será a vez de detalhar as críticas e sugestões apresentadas por Athayde, analisados em facetas distintas: 1) o pensamento sobre pedagogia e sociologia; 2) a articulação política visível através dos escritos e sua repercussão na imprensa carioca. As duas facetas são complementares e, após a análise, precisam ser compreendidas como partes de um todo único. Nas considerações finais, buscase avançar algumas hipóteses do que significou esta quadra histórica para a história política e para a história da educação no Brasil.

O Ministério da Educação sob a administração Francisco Campos

Francisco Campos³ é mais lembrado pela historiografia como o principal autor da constituição outorgada na instalação do Estado Novo em 1937. Entretanto, os eventos aos quais este artigo se refere se passaram no início da década de 1930. Naquele momento, Francisco Campos era um político projetado na cena nacional por dois motivos: 1) o sucesso de sua reforma educacional em Minas Gerais entre 1926 e 1930; 2) seu papel central na articulação da tomada da Presidência da República pela Aliança Liberal em outubro de 1930. Para compreender as possibilidades de sucesso de suas empreitadas, é necessário considerar sua trajetória social. Ele era proveniente de uma das linhagens mais tradicionais dentre as famílias mineiras, a da matriarca Joaquina do Pompéu, de onde saíram inúmeros membros da elite política do Estado, tais como Olegário Maciel, os irmãos Melo Franco e Gustavo Capanema. Francisco Campos cursou Direito em Belo Horizonte, tendo se formado em 1914. Em seu período como universitário, proferiu discursos nos quais denunciou os “excessos da democracia”, em alusão ao regime político naquele momento vigente no país. Associou a solução dos problemas da combalida República brasileira ao fortalecimento da autoridade.

Nos anos 1920, desempenhou papéis de destaque na cena política mineira, como o de Secretário da Educação, condição na qual triplicou o número de escolas com formação de professores e investiu na contratação de especialistas nacionais e estrangeiros alinhados com as práticas discursivas denominadas de forma genérica por Escola Nova, tais como a ênfase

em um saber prático e científico, sem as ornamentações retóricas da educação bacharelesca. Ao mesmo tempo, obteve a simpatia dos católicos quando aprovou o ensino religioso nas escolas públicas do Estado, em 1928. Entre 1929 e 1930, participou das negociações que culminaram no levante militar responsável por apelar Washington Luiz da presidência da República e entregá-la a Getúlio Vargas. Agiu em nome de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada na costura da aliança com gaúchos, paraibanos e tenentistas para definir a composição do grupo e sua estratégia (política e militar).

Portanto, ao ser convidado para comandar o recém-criado Ministério da Saúde e Educação, Campos era um político cuja atuação poderia ser associada a um início de carreira integrado ao *establishment* da elite política mineira. Paradoxalmente, seus discursos propunham a substituição das práticas políticas recorrentes na Primeira República por uma reorganização embasada no reforço da autoridade e na centralização das decisões políticas relevantes para o país nas mãos de um grupo restrito de políticos profissionais. A essa combinação entre a posição no clã político e a disposição para projetar-se além dela se deve sua atuação, no final da década, como artífice da Aliança Liberal.

No início da década de 1930, em paralelo à sua atuação como Ministro da Educação, Campos articula a Legião de Outubro, protótipo de uma organização fascista e que se pretende ancorar no emprego das redes e dos discursos da Igreja Católica em Minas como fonte de apoio. Entretanto, a habilidade de Vargas em reestabelecer minimamente um pacto entre as oligarquias estaduais somado ao radicalismo da Legião implicam em um elevado grau de isolamento desta após a acomodação resultante do levante paulista de 1932. Naquela quadra histórica, em resposta à sublevação, Vargas rearticulou seus apoios políticos em detrimento dos grupos que, como a Legião de Outubro, defendiam uma ação do governo para recrudescer o uso da força militar e acelerar o processo de modernização das instituições brasileiras. Também pode ter contribuído para seu isolamento a Reforma Educacional Francisco Campos, que desagradou seus aliados católicos. O isolamento se intensifica quando Gustavo Capanema - antigo aliado e então desafeto - é chamado para assumir o Ministério da Educação em 1933.

Tristão de Athayde e a “revolução espiritual”

Em outubro de 1930, Athayde descreve o momento histórico como o mais grave já atravessado pelo país e afirma que os católicos não têm o direito de permanecer de braços

cruzados. Como eles devem agir? No trabalho “pela maior das revoluções no terreno das consciências e das leis brasileiras - a revolução espiritual”, para citar suas próprias palavras (LIMA, 1930c). O editorial define o termo pelos seguintes princípios: a) estrita obediência aos bispos e diretores espirituais da Ação Católica; b) a partir da definição das prioridades pela hierarquia, defesa do ponto de vista “dos católicos” (uma universalização dos interesses defendidos pelo conjunto de bispos); c) exclusão de qualquer possibilidade de divisão que pudesse ser provocada por dissensões partidárias.

Textos em edições seguintes da revista sinalizam a possibilidade de negociação com o regime recém instituído, em clara alusão ao então ministro da educação, a quem se qualifica como portador de uma corrente “racional, tradicional e cristã” da Revolução de 1930, em oposição a outra que “fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã”. Neste trecho, a primeira corrente é identificada com Francisco Campos e a segunda corrente com os tenentes. Apesar dessa abertura ao diálogo, em textos seguintes reaparece a marcação da distância que Athayde deseja reforçar entre seu grupo e os ocupantes do Governo Provisório, especialmente no Ministério da Educação. Athayde contrapõe a revolução das armas realizada sob os auspícios de Campos a uma “revolução espiritual”, para empregar seus próprios termos. O livro *Debates Pedagógicos* é apresentado em sua introdução como uma contribuição à realização da revolução em tais termos, pois conforme seu autor:

Quando as grandes figuras da revolução política de Outubro começar a dar o seu testemunho sobre os factos - também nós, adversários dos princípios revolucionários como elementos de progresso social, devíamos o nosso depoimento sobre a única revolução que defendemos - a revolução espiritual.

Eis o mérito único destas páginas. Fixam, porventura, um episódio que nos parece fundamental para a história do nosso povo. E mostram que não estamos dispostos a ceder, senão à força, os direitos do Espírito à formação da nacionalidade brasileira. (LIMA, 1931, p. I).

A argumentação de Athayde parte do princípio de que a memória sobre os eventos ligados a outubro de 1930 estavam em disputa, e que a definição do sentido atribuído a essa quadra histórica e ao projeto de nação a ser reforçado através do Estado nacional seriam uma coisa só. Em diálogo com os ocupantes do Executivo federal, consagrados pela força das armas, Tristão indica a preocupação com a formação das novas gerações, através das escolas e universidades. Pois, se nos últimos dez anos o país havia mergulhado em crises e revoltas, era em parte por responsabilidade de uma escolarização incoerente com os princípios do bem comum, e que portanto fora incapaz de preparar a maioria dos cidadãos brasileiros para encontrar saídas antirrevolucionárias para se buscar o progresso social.

Apesar da leitura pessimista da situação, Tristão entrevê a possibilidade de uma solução paradoxalmente facilitada pela desordem contingencial. Pois se aquele era o momento em que os projetos de país estavam em disputa, logo seria possível à maioria católica do país articular-se e fazer ouvir sua voz. A escolha da sequência dos artigos em *Debates* reforça tal visão, pois começa pela Reforma Universitária proposta por Francisco Campos, cujos detalhes são esmiuçados e tripudiados em uma sequência de textos. No livro, apresenta-se a ideia de que o educador católico deve evitar a apologia do moderno tanto em seu extremo liberal quanto no comunista, pois cada um desses extremos constitui uma das faces da tirania modernista. Ao mesmo tempo, há elementos da modernidade que merecem a atenção do educador católico, como a preocupação com a finalidade a se obter com a educação, compreendida como algo a mais do que a instrução, erroneamente tratada pelo laicismo como sinônimos – para Tristão, os problemas vivenciados no Brasil durante a década de 1920 seriam portanto o resultado do predomínio dos princípios laicistas na educação.

A ideia de que a Igreja fora tolhida na Primeira República em suas intenções de trabalhar na educação e na assistência social precisa ser revista, pois a bibliografia demonstra a continuidade do funcionamento público a empreendimentos clericais. (GIUMBELLI, 2002; MICELI, 2009) Desse modo, pode-se afirmar que homens e mulheres de batina e hábito foram pagos com dinheiro público para assumir funções que naquela época não eram vistas unanimemente como obrigações do Estado, ao contrário do presente: desse modo, a construção de seminários e o controle dos corpos indígenas, menores infratores ou idosos sem auxílio familiar foram pagos com verba pública. Ainda assim, estudos na área da educação (CUNHA, 2017) sugerem que a Primeira República vivenciou uma defesa do ensino laico em proporções que não foram repetidos após o seu ocaso. Esta interpretação é condizente com os estudos biográficos sobre Francisco Campos (BOMENY, 2001; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000) que reportam as dificuldades enfrentadas por ele em sua tentativa de conciliar seu apoio pela modernização do ensino nos termos propostos pela Escola Nova com o atendimento dos anseios da hierarquia católica. O fato de Campos não entregar tudo que ela demandava está no seio de sua substituição por Capanema, apontam tais estudos.

Portanto, quando Tristão se refere à “revolução espiritual”, refere-se a um conjunto de ideias e, simultaneamente, a um embate político pelo controle dos postos e das políticas públicas voltadas para a educação. Ou, de forma mais precisa, as ideias e o embate político formam um único conjunto, inseparável. É, portanto, apenas no intuito de facilitar a análise que nas próximas páginas nos concentraremos em um primeiro momento nos aspectos

teóricos e em um segundo momento nos embates através da imprensa e suas consequências para as políticas públicas.

Pensar a “revolução espiritual”: família, escola e Estado

Em seu livro *Política*, Tristão se baseia nos princípios da subordinação e da hierarquia para explicar o lugar da escola no conjunto social. A explicação tem uma finalidade de dar sentido a uma entidade abstrata e totalizante, denominada pelo autor como a “sociedade civil”, a qual existe por natureza, isto é, pelo simples fato de os seres humanos nascerem em determinado lugar. Tristão ampara-se em uma ideia de Tomás de Aquino sobre o fato de o ser humano ser naturalmente social. A família, a escola e o sindicato são os grupos naturais que precedem a sociedade, e para as quais o Estado deve existir. Os laços biológicos de parentesco constituem a família, continuada e estendida pelos grupos escolares, onde as famílias enviam seus membros das gerações mais novas para socialização. A escola, então, completa a família e tudo que separa essas duas instituições é nocivo; logo, o Estado não pode ser o órgão controlador. Os modelos de sociedade e de escola criados por liberais e por comunistas cometem ambos o mesmo erro e geram sociedades instáveis porque não estão alicerçadas nesta base fundamental.

Tristão divide o ciclo do percurso educativo em três fases. A passagem de uma fase para a seguinte não deve ser compreendido como o desaparecimento completo de suas características e sim como o esmaecimento em benefício da etapa seguinte:

1º) Primário - Na fase inicial da vida, a escola deveria reproduzir integralmente o espírito da família, cabendo à escola apenas reforçar os valores morais que a família tem por obrigação formar nas novas gerações. Não há espaço no argumento de Tristão para pensar a diversidade de organizações familiares e a diversidade de formações éticas que as famílias podem querer atribuir, o que se tornaria problemático para a instituição escolar. A aceitação da pluralidade na vida social ocorreu na obra amorosiana após o final da II Guerra Mundial, portanto em um período que foge aos objetivos deste estudo.

2º) Secundária - A partir de um nível de amadurecimento do educando, torna-se necessário para a escola acrescentar a preparação de um indivíduo já consciente de seus deveres para a "vida da vontade". É possível que a expressão utilizada por Tristão faça menção ao conceito schopenhaueriano de “Vontade” (BITTENCOURT, 2013), que ultrapassa o breve hiato em que cada existência humana se inicia e termina porque representa a permanência da espécie humana, com seu legado de obras, ideias e culturas transmitido de

uma geração a outra. É a segunda etapa da formação moral e o início de uma formação intelectual. O espírito familiar predomina, mas já começa a aparecer o espírito cívico.

3º) Superior - Na última fase de formação dos sujeitos, dá-se a especialização intelectual necessária para fomentar a aptidão à complexidade das profissões atuais. Ainda assim, a formação não pode ser encerrada nos aspectos técnicos, mas visa a preparação para o “espírito público, pela vida do Estado em suas características fundamentais.” (LIMA, 1931, p. 41)

O tema do papel da escola reaparece em outras obras amorosianas do período, no seio de uma explicação que se pretende totalizadora sobre a sociedade. Em *Debates Pedagógicos*, Tristão afirma que a pedagogia é um ramo da sociologia; de forma paralela ao seu esforço em criar uma sociologia cristã a partir de autores como Henri de Tourville (LIMA, 1930a, 1930b), há também a preocupação em criar uma pedagogia que ele denomina como integral, dotada de método, objeto e ideal. Note-se que, ao mesmo tempo em que Tristão preocupa-se em fazer convergir aquilo que ele designa como ciência com a fé cristã, há também a preocupação em dar-lhe outro nome e construir uma justificativa teórica para afirmar que essa ciência pode e deve existir como tal.

Por isso, há uma preocupação em definir o que significa essa integralidade. Essa pedagogia compreende que o indivíduo se subordina à sociedade, mas não para por aí. A sociedade se subordina à pessoa humana, entendida como a realização da natureza transcendente à qual pertence a espécie humana, da qual faz parte a sociedade destinada a existir dentro desse projeto - Tristão não o afirma textualmente aqui, mas subentende-se que se trata de um ato de vontade divina. Isso significa que a sociedade não existe por uma livre associação entre os indivíduos, e que se o ideal moral deve presidir a organização da sociedade, trata-se de uma ética subordinada à teologia, precisamente para fazer jus à realidade histórica em que vivemos, a saber, o tempo de realização da finalidade última do homem, sua salvação por graça divina. Como em todo o restante da análise, há uma hierarquia que organiza esse saber: a instrução se subordina à educação, esta se subordina à cultura, que, por sua vez, se subordina ao transcendente, no sentido conferido a ele pelos católicos no período.

Os planos de Tristão envolvem a integralidade das fases da educação e por isso esbarram nos interesses de outros grupos envolvidos na questão. Os conflitos podem ser explicitados quando se analisam os diálogos estabelecidos entre ele e outros autores com expressão na imprensa carioca.

Colocar a “revolução espiritual” em marcha: os artigos de Athayde⁴

A revista *A Ordem* e a atuação de Tristão como articulista em jornais já foi alvo de outros textos, aos quais o leitor poderia se remeter para uma visão bastante abrangente e aprofundada (ARDUINI, 2015; PEIXOTO; RODRIGUES, 2021; RODRIGUES, 2006). Cabe no presente artigo, entretanto, contribuir para essa temática sob o ponto de vista dos escritos sobre educação, a começar pela aprovação do decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, em abril de 1931, que não satisfaz ao grupo do Centro Dom Vital. A presença de educadores como Teixeira e Azevedo no controle estadual da educação em Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente; a revogação do decreto sobre o ensino religioso para SP logo após sua aprovação em nível federal, ou a reforma do ensino secundário em abril de 1932, de caráter técnico-científico e oficializando a extensão do poder federal sobre as escolas, são todos indícios respondidos com virulência em artigos (NUVENS, 1932; REGISTRO, 1931).

O tema do ensino religioso também é relevante para detectar o grupo daqueles que não desejavam que a Igreja lograsse seu intento de marcar a vida pública dos futuros cidadãos desde seu início. Por exemplo, no início de 1931, a aprovação do ensino religioso nas escolas laicas era bastante criticada pelo *Diário de Notícias*⁵ (JULIANO, 1932; PESSÔA, 1931a, 1931b; REZENDE, 1931). O ministro Francisco Campos foi descrito nas páginas deste jornal como um político incoerente, que ora defende uma concepção liberal de educação e outras vezes, uma visão católica. Um ano depois, o tema do ensino também movimentou os redatores de artigos de opinião, entre eles Carlos Lacerda⁶ e um pseudônimo auto-intitulado “João Pátria”, a favor dos católicos. Ambos trocam diversos artigos a respeito da educação.

Lacerda insiste na denúncia da omissão de gente como Fernando Magalhães, que deveria zelar pela imagem do ensino público, mas prefere participar das cerimônias promovidas pelo Centro D. Vital, nas quais este ensino é menosprezado. Declara, ainda, em uma de suas respostas, saber que por detrás do pseudônimo de João Pátria esconde-se um diretor de um estabelecimento privado, com interesses pessoais pelo mau funcionamento das escolas públicas, suas concorrentes (LACERDA, 1932a, 1932b, 1932c; PÁTRIA, 1932a, 1932b). Rebate o uso constante que João Pátria faz das ideias de Tristão de Athayde, definido como “um antigo confusionista que não conhece o comunismo e tem por hábito citar, de quando em quando, alguns autores clandestinos para combater ou defender certas doutrinas extremadas”. (LACERDA, 1932c)

Nessa última declaração, Carlos Lacerda faz menção a um aspecto primordial ao pôr em xeque a legitimidade de Amoroso Lima em agir como o chefe de fila do grupo dos católicos, buscando retirar dele toda legitimidade de indicar quais são os bons e os maus autores. Sua tentativa não é acompanhada de outros artigos de teor semelhante; pelo contrário, alguns meses após os ataques, Alceu é convidado a participar do dossiê do jornal em resposta à questão “haverá uma crise de espírito no mundo moderno?” (LIMA, 1932).

Sua resposta caminha no sentido de saber qual será essa crise, suas causas e sintomas. Para Alceu, a resposta a todas essas perguntas passa pela quebra de hierarquia entre o que é mais importante e o que é secundário na vida social. Em sua opinião, seria uma invenção absurda considerar que a religião devesse ficar abaixo da ciência, ou a moral abaixo da instrução no papel que a escola deveria desempenhar. Em suma, Alceu reproduz nas linhas deste jornal o mesmo raciocínio desenvolvido nas páginas escritas para os textos já mencionados nesse artigo, reforçando sua linha de atuação com o acréscimo de um veículo da grande imprensa.

O assunto do ensino religioso também ocupou as páginas de outros periódicos no mesmo período. O *Diário Carioca*⁷, por exemplo, é marcado pela crítica do ponto de vista liberal perceptível no momento da aprovação da lei do ensino religioso, em 1931 (O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS, 1931; SERVA, 1931), quando o jornal reproduziu opiniões dos próprios católicos contrários à medida. Afirma-se, por exemplo, que os países católicos são aqueles nos quais as ditaduras vicejam com maior facilidade e as populações são as mais analfabetas. Para o jornal, o ensino religioso traria a confusão na organização do ensino, pois seria impossível administrar o direito de todas as religiões a se fazerem representar no currículo escolar. Nesse quadro, era previsível que o catolicismo fosse favorecido como a única religião a ter sua doutrina ensinada em escolas laicas, borrando a saudável (na opinião do jornal) fronteira entre a Igreja e o Estado. Acrescente-se a isso que o clero não deveria solicitar o auxílio do poder secular a uma função que deveria ser exclusivamente sua.

Outro periódico com manifestações a respeito do tema é *Hierarquia*, de propriedade de Lourival Fontes, um conterrâneo de Figueiredo que o reencontrou no Rio de Janeiro e através dele passou a frequentar o Centro Dom Vital. Possuía um círculo de amizades bastante heterogêneo, do qual faziam parte diversos nomes de críticos à democracia liberal em crise, entre os quais o médico Pedro Ernesto, com quem rompeu relações quando este governou a capital federal. O motivo do desentendimento foi o apoio do prefeito ao projeto de reforma da educação proposto por Anísio Teixeira, o qual tornava mais difícil o ensino religioso nas escolas.

O primeiro número de *Hierarquia* revela uma linha editorial que mistura elementos de diversas correntes políticas e culturais. O nome da revista era copiado de um órgão da imprensa fascista italiana; em suas páginas marcavam presença de escritores associados à direita mas não ao integralismo (Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), de integralistas (Santiago Dantas – frequentador da AUC – e Plínio Salgado), além de membros do Centro Dom Vital (Sobral Pinto e Amoroso Lima). Nos anos seguintes à fundação da revista, Fontes decide acompanhar a consolidação de Vargas como o chefe máximo do regime e toma a defesa do regime como seu principal objetivo. Portanto, não é um acaso que Fontes tenha sido nomeado para o cargo dos departamentos que lidavam diretamente com a propaganda e a imprensa entre 1934 e 1942 (BOMENY, 2001) ⁸.

A abordagem eclética da revista fica patente pelo artigo de Sergio Buarque de Holanda, que contraria a linha da maioria dos artigos da revista, favorável ao ensino religioso. Ele repudia qualquer tentativa de conciliar um Estado que insiste em sua profissão de fé liberal com uma Igreja cuja condenação ao liberalismo era irreduzível e centenária. Para este autor, a inconsequência não era menor entre os católicos, mesmo aqueles portadores de uma visão social antiliberal, “particularmente quando se fazem sociólogos e economistas, quando chegam a propor formas de organização e tentativas de itinerário, com programas de ação social e nacional” (HOLANDA, 1931, p. 3).

A expressão “Tentativa de Itinerário” não é fortuita: ela era o nome de um texto publicado por Amoroso Lima em 1929, pouco depois de sua conversão, na continuidade da problemática de explicação da conversão apresentada em “Adeus à disponibilidade”. Esta mudança radical de vida era apresentada à juventude de 1929, que nas palavras do próprio Tristão era diferente da sua geração -- pois não perdera o otimismo de encontrar respostas para as grandes questões existenciais e não caiu na ilusão de que isto seria impossível (LIMA, 1969). Sergio considerava que Tristão combatia o Estado Autoritário sob falsos pressupostos. Este não seria formado com base na perseguição à religião, mas no suporte material à sua prática, de modo a transformá-la em alicerce do novo regime. A resposta é apresentada no mesmo dossiê por Leonel Franca e começa por afirmar que o debate intelectual sobre a lei do ensino religioso já estava vencido pelas forças católicas. Franca apresenta casos de aprovação do Ensino Religioso em outros países europeus para concluir que a adoção da medida era consensual mesmo nas regiões onde o catolicismo convivia com outras crenças. Franca repete sua estratégia já empregada em seus livros de polêmicas com os protestantes, isto é: enumerar todos os argumentos em favor de sua visão à exaustão e não admitir nuances ou matizes.

Outro jornal que se evoluiu na disputa em torno do ensino religioso foi o *Diário de Notícias*, no qual Oswald de Andrade é um dos colaboradores. Sua participação no jornal visa o ataque a Alceu, desferido em tom de galhofa e ironia ácida, através de alegorias tais como “o grande Industrial, das asas gandhistas com que queria amortilhar a humanidade falecida de fome” (ANDRADE, 1933) ou afirmando que ele é como “um quarto abafado que provoca mal estar nos próprios católicos, pois não se envergonha de falar em anjos num tratado de sociologia que pretende ser sério” (ANDRADE, 1933). As comparações reforçam a ideia de um intelectual de tripla personalidade, todas tidas como conflituosas entre si: o industrial que possui um exército de operários sob seu comando, o crítico literário/sociólogo cujas ideias querem se apresentar como científicas e antenadas com os problemas sociais e, por fim, o apologeta da fé. O resultado disso seria um sociólogo que não se pode levar a sério e um doutrinador social que defende os interesses de seu lado industrial, confirmando o julgamento de Oswald de Andrade sobre a Igreja, segundo ele associada com a defesa dos privilégios deste mundo.

Conclusão

O papel da escola e a pedagogia foram pedras de toque do debate público durante o ministério Francisco Campos, o primeiro que enfrentou, de forma institucionalizada, o desafio de pensar e executar a educação brasileira. Tanto Campos como Athayde representam vozes identificadas com aquilo que a historiografia convencionou chamar de direita do espectro político brasileiro dos anos 1930, mas representam formas muito distintas de sê-lo. O apoio inicial de Campos a projetos da Escola Nova, mesmo que aliado à tentativa de conciliar com os interesses católicos através da aprovação do ensino religioso nas escolas públicas, torna-se inteligível quando lido como uma fotografia dentro de uma vasta trajetória social, permeada de muitos discursos, textos e principalmente articulações políticas. Dela sobressai um indivíduo que se pensa como representante do Estado, no sentido de ser alguém que, uma vez imbuído da autoridade inerente a um cargo de secretário ou ministro da Educação, toma para sua instituição o papel de estruturar a educação pública no que diz respeito a currículos, critérios do que deve ser ensinado e como. Nestes quesitos, a parceria com educadores da Escola Nova adquire pleno sentido, mas enfrenta a resistência vocalizada por pessoas como Tristão de Athayde, o qual tomou para si o papel de defender em linhas teóricas e na prática os interesses da hierarquia católica. Os eventos seguintes ao período aqui retratado, com a substituição de Campos por Capanema e o crescimento da importância de Amoroso Lima de

um para outro ministro auxiliam a compreensão do sentido histórico do embate retratado no presente artigo. “Outro evento histórico instrutivo sobre essa relação de forças é o papel de Francisco Campos no desmonte da Universidade do Distrito Federal, a partir de 1935. Campos substitui Teixeira na secretaria da Educação da capital com o objetivo de destruir o legado de seu antecessor e o cumprir à risca”.

Ainda a respeito de Amoroso Lima, pode-se concluir que os pontos de vista apresentados por ele resultam da confluência de:

1) uma leitura singular sobre as causas da situação do país no momento de escrita do texto, justificando que a crise teria bases morais e espirituais a serem enfrentados conjuntamente pela população;

2) uma tentativa de estabelecer diálogo com outros grupos identificados pelos escritos de Alceu como uma direita não-religiosa, como os positivistas e os liberais.

Dessa forma, compreender Athayde e a rede de interlocutores atraídos por ele (para concordar e para discordar) ajuda a iluminar aspectos da direita brasileira do período e alimenta a interlocução entre diversas camadas do passado e o presente, período no qual a interface entre as igrejas e o Estado na gestão das políticas públicas sobre educação permanece em discussão. Definir o que deveria ser a laicidade e praticá-la nas escolas segue sendo um desafio, como o foi no início dos anos 1930.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Oswald. Contra-indicações. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 1933.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da idade nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. São Paulo: Editora da USP, 2015.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Schopenhauer , Nietzsche , a eternidade da vida da Vontade e a incólume força criadora do espírito dionisíaco. **Revista Voluntás: Estudos sobre Schopenhauer**, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 3–32, 2013.

BOMENY, Helena (ORG.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação brasileira na primeira onda laica. Do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião. Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GUSTAVO SORÁ. Livraria Schmidt: literatura e política. Gênese de uma oposição elementar na cultura brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 61, p. 131–146, 2001.

- HOLANDA, Sergio Buarque De. O ensino religioso em face do livre pensamento. **Hierarquia**, Rio de Janeiro, p. 3–5, 1931.
- JULIANO, Claudio. Religião por decreto. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 1932.
- LACERDA, Carlos. Muito grave e muito comprometedor. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1932. a.
- LACERDA, Carlos. Phases e phrases do Sr. Reitor. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 1932. b.
- LACERDA, Carlos. Contra a má fé dos interessados. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 1932. c.
- LIMA, Alceu Amoroso. Apologética e sociologia de H. de Tourville. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. X, n. 5, p. 22–28, 1930. a.
- LIMA, Alceu Amoroso. Apologética e sociologia de H. de Tourville II.pdf. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. X, n. 7, p. 227–240, 1930. b.
- LIMA, Alceu Amoroso. Palavras aos Companheiros. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. X, n. 9, p. 97–102, 1930. c.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1931.
- LIMA, Alceu Amoroso. Haverá uma crise de espírito no mundo moderno? Rio de Janeiro, p. 1–5, 1932.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Adeus à disponibilidade**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1969.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NUVENS. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. VI, p. 3–8, 1932.
- O ensino religioso nas escolas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 10, 1931.
- PÁTRIA, João. Ensaia-se o comunismo no ensino. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 1932. a.
- PÁTRIA, João. Prossegue impávida a orientação bolshevista do ensino municipal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 1932. b.
- PEIXOTO, Renato Amado; RODRIGUES, Cândido Moreira. À frente da edição e na liderança do laicato: cultura, política e periodismo católico no Brasil de 1935. **História Unisinos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 61–76, 2021. DOI: 10.4013/hist.2021.251.06.
- PESSÔA, Frota. A reforma da instrução e o ensino religioso. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 7, 1931a.
- PESSÔA, Frota. A apostasia de um leader. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 7, 1931. b.
- Registro. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. XI, n. 14, p. 246–253, 1931.
- REZENDE, Garcia. Entre Deus e o Diabo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1931.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. **Ordem uma revista de intelectuais católicos**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica/FAPESP, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora FGV, 2000.
- SERVA, Mario Pinto. O Salvador Místico. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 2, 1931.

Notas:

¹ Doutor em Sociologia (USP). Docente do Instituto Federal de Educação de São Paulo - Campus Hortolândia. E-mail: guilherme.arduini@ifsp.edu.br / [0000-0002-9462-8311](https://orcid.org/0000-0002-9462-8311)

² Nas referências bibliográficas, dada a necessidade de padronização, adotaremos para todas as obras deste autor o nome de Alceu Amoroso Lima. No texto, utilizaremos indistintamente o pseudônimo, partes dele (“Tristão”/“Athayde”) ou ainda seu nome oficial.

³ Uma biografia detalhada a seu respeito está disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos>. Último acesso em 15/02/2023.

⁴ Nesta seção, revisamos e aprofundamos alguns aspectos já tratados na tese de doutorado *Os soldados de Roma contra Moscou*, item A reação (negativa) da imprensa.

⁵ O *Diário de Notícias* surgiu em 12 de junho de 1930 pelas mãos de Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel, jornalistas egressos de *O Jornal*. Imerso na crise que se seguiu à eleição de Júlio Prestes, tomou uma postura de apoio à Aliança Liberal, mais especialmente aos tenentistas. O apoio foi mitigado à medida que Vargas assume a centralidade da cena política, prolongando sua estadia após a eleição de 1934. A Revolução de 1932 recebeu amplo apoio e a nova Constituição foi saudada como uma vitória, pelo que representou em termos de limitação de poder de Vargas. Logo o jornal passaria a acumular dissabores. Após decidir-se pelo apoio a Borges de Medeiros na eleição presidencial ainda em 1934, o jornal saiu derrotado. Também foi contra a polarização entre AIB e ANL na cena política nacional, na contramão dos discursos dos dois movimentos. Sua terceira derrota apareceu na eleição de 1938, quando o jornal posicionou-se em favor de Armando Sales de Oliveira e contra o candidato da situação José Américo de Almeida. A respeito do ensino religioso, conferir as seguintes notícias.

⁶ Então um estudante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, cuja família paterna possuía vários membros (inclusive seu pai) no partido comunista. Mas ele próprio só se aproximaria da Juventude Comunista em 1934, sem nunca ter feito parte dela oficialmente.

⁷ O *Diário Carioca* foi fundado por Macedo Soares em 1928 e durante seus dois primeiros anos fez oposição ao governo de Washington Luís, apoiando abertamente a Aliança Liberal inclusive durante o processo de tomada do poder através das armas. Entretanto, a proximidade inicial do regime com a corrente tenentista desagradou Macedo Soares, que transformou o jornal em um instrumento de oposição ao Governo Provisório. Embora tivesse se oposto ao último regime da Primeira República, a linha política escolhida para o *Diário Carioca* confirmava sua defesa intransigente de uma volta ao equilíbrio político anterior a Outubro de 1930, com o fim das experiências de inovação promovidas pelos tenentistas. Com a volta da Constituição em 1934, essa meta foi alcançada e assim o jornal se aproxima do regime, a ponto de saudar no ano seguinte a Lei de Segurança Nacional como benéfica aos interesses do país -- em claro contraste com a postura anterior de defesa intransigente da liberdade de expressão.

⁸ A análise de Lúcia Lippi Oliveira sobre Lourival Fontes se estende até o final do Estado Novo, período no qual sofreu dois revezes importantes. A entrada do Brasil na Segunda Guerra implica na sua saída do DIP, posto que ele era um nome muito próximo do fascismo. Rebaixado para cargos mais discretos no Palácio do Catete, é considerado como um traidor próximo do final do Estado Novo e rejeitado por Vargas.